

AVISO

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 403/2019 - PJF.**  
**PROCESSO nº 09115/2019**

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos/Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS para a aquisição de peças automotiva genuínas e/ou originais e prestação de serviços para manutenção corretiva e preventiva dos veículos da Prefeitura de Juiz de Fora** (sendo as peças fornecidas através do catálogo oficial de peças das montadoras: **RENAULT, FORD, FIAT, CHEVROLET, VOLKSWAGEN, FIAT IVECO, PEUGEOT e NISSAN** os quais deverão ser fornecidos juntamente com a tabela de preços), cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, do Decreto Municipal nº 7.485/2002, Decreto nº 7.962/2003, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: **das 08:00h do dia 17/02/2020, às 08:30h do dia 03/03/2020;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 09:00h do dia 03/03/2020**, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

**OBS.: 1. A DISPUTA DE LANCES SERÁ PELO VALOR PERCENTUAL POR LOTE conforme determinado no Anexo VII. APÓS DECLARAÇÃO INICIAL DO VENCEDOR, A SOCIEDADE EMPRESÁRIA DEVERÁ ENCAMINHAR JUNTO COM A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO A PROPOSTA IMPRESSA (conforme modelo Anexo VII.A) COM OS VALORES PERCENTUAIS PARA PEÇAS ORIGINAIS E GENUÍNAS, ATENDENDO TAMBÉM AO DISPOSTO NOS ITENS 2.4.2, 2.4.3, 2.4.3.1 e demais disposições do Edital.**

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SARH/CPL, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao\\_eletronico/](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/). **É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail - [pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br](mailto:pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br), a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A subsecretaria não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.** Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187/8492.

Comissão Permanente de Licitação

## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO nº 403/2019 - PJF

Acha-se aberta, na Secretaria de Administração e Recursos Humanos/Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS**, conforme especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Municipal nº 10.214/2002, do Decreto Municipal nº 7.485/2002, Decreto nº 7.962/2003, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis.

#### I – DISPOSIÇÕES GERAIS

**1.1.** Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

**1.2.** A realização do procedimento estará a cargo da **Comissão Permanente de Licitação - CPL, subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

**1.3.** O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

**1.3.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**1.3.2.** O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.4.** A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a CPL darão sequência ao processo de Pregão.

**1.5.** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**1.5.1.** O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

**1.6.** O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

## II. DOS PROCEDIMENTOS

2.1. Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

2.1.1. Para inserção de suas propostas iniciais, os fornecedores deverão observar rigorosamente as especificações constantes do **Anexo VII** do Edital.

2.1.2. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas que ofertarem alternativas.

2.1.3. A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.1.4. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

2.1.5. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

2.2. O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

2.3. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará seqüência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no edital.

2.4. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, ou seja, a que apresente **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE**, a ser concedido sobre o preço do catálogo, de acordo com o especificado no **Anexo VII**.

2.4.1. **A DISPUTA será pela soma do desconto percentual proposto sobre o catálogo de peças genuína e original, os quais não poderão ser inferiores ao desconto mínimo aceitável determinado neste Edital.**

2.4.2. É obrigatório apresentar proposta para todos os itens (genuína e original) que compõem cada lote, não serão aceitos valores zerados para nenhum item.

2.4.3. Ao final da disputa de lances, a proponente inicialmente melhor classificada deverá apresentar junto com a documentação para habilitação a proposta conforme modelo do **Anexo VII.A**.

2.4.3.1. O desconto final para cada item (genuína e original) que compõem o lote não poderá ser inferior ao desconto mínimo aceitável estimado na licitação, sendo que a soma deverá ser igual ao valor percentual apurado na disputa de lances.

2.4.4. O valor da hora trabalhada - **prestação de serviços** (mão de obra) - será fixo: **R\$ 69,44** (sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

2.5. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada lote.

2.6. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao **maior percentual de desconto concedido por lote (soma conforme item 2.4.1)** ofertado na etapa de propostas.

2.6.1. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

2.7. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

2.8. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **maior percentual de desconto**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

2.9. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem **superiores** ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

2.9.1. Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

2.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

2.11. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as proponentes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

2.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

2.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

2.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

2.15. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor (maior percentual de desconto), para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

2.16. Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

2.17. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor (**maior percentual**) não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do **maior percentual** de desconto, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

2.18. É facultado ao Pregoeiro no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

**2.19.** Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

**2.19.1.** Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05 (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;

**2.19.2.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

**2.19.3.** A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

**2.19.4.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**2.19.5.** No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem **2.19.2**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

**2.19.6.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **2.19.2**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**2.19.7.** O procedimento previsto no item **2.19** somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

### **III. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**3.1.** Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o **2º (segundo)** dia útil que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico**. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

**3.1.1.** A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

**3.1.2.** Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

**3.2.** Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, onde o pregoeiro abrirá prazo para a mesma.

**3.2.1.** A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

3.3. A proponente que manifestar a intenção de recurso e a mesma tiver sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

3.4. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

#### IV – DO OBJETO

4.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária para o **Registro de Preços** objetivando a **aquisição de peças automotiva genuínas e/ou originais e prestação de serviços para manutenção corretiva e preventiva dos veículos da Prefeitura de Juiz de Fora** (sendo as peças fornecidas através do catálogo oficial de peças das montadoras: **RENAULT, FORD, FIAT, CHEVROLET, VOLKSWAGEN, FIAT IVECO, PEUGEOT e NISSAN** os quais deverão ser fornecidos juntamente com a tabela de preços), conforme especificações constantes do ANEXO VII, parte integrante deste edital.

4.1.1. O procedimento será dividido em lotes da seguinte forma:

- a) **LOTE 1:** Catálogo de peças **RENAULT** - original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- b) **LOTE 2:** Catálogo de peças **FORD** - original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- c) **LOTE 3:** Catálogo de peças **FIAT** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- d) **LOTE 4:** Catálogo de peças **CHEVROLET** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- e) **LOTE 5:** Catálogo de peças **VOLKSWAGEN** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- f) **LOTE 6:** Catálogo de peças **FIAT IVECO** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- g) **LOTE 7:** Catálogo de peças **PEUGEOT** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- h) **LOTE 8:** Catálogo de peças **NISSAN** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.

#### 4.2. DAS UNIDADES REQUISITANTES (UG's) PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

4.2.1. **Administração Direta:** Secretaria de Comunicação Pública (**SECOM**), Secretaria de Governo (**SG**), Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária (**SEDETA**), Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (**SEMAUR**), Secretaria de Transporte e trânsito (**SETTRA**), Secretaria de Administração e Recursos Humanos (**SARH**), Secretaria de Saúde (**SS**), Secretaria de Obras (**SO**), Secretaria de Desenvolvimento Social (**SDS**) e Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (**SESUC**).

4.2.2. **Administração Indireta:** Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (**FUNALFA**), Fundação Museu Mariano Procópio (**MAPRO**) e Departamento Municipal de Limpeza Urbana (**DEMLURB**).

#### V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. É vedada a participação:

- a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;

5.2. As sociedades empresárias interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

## **VI - DOS LANCES NA ETAPA DE DISPUTA DE PREÇOS**

6.1. Tendo o proponente sido qualificado pelo pregoeiro, poderá ele participar da sessão de disputa de preços, na data e horários definidos no preâmbulo deste edital.

6.1.1. Os lances durante a sessão somente serão aceitos se apresentarem preços inferiores àquele que for o de menor preço.

6.1.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.1.3. Os proponentes somente terão acesso ao valor do menor lance, não sendo para eles identificado o proponente.

6.2. A duração da sessão de disputa de preços, prevista no preâmbulo deste edital, poderá sofrer alterações de acordo com o disposto no Decreto nº 7.485/02, que regulamenta a matéria.

6.2.1. Terminada a sessão, o sistema automaticamente rejeitará qualquer tentativa de envio de lances.

## **VII - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

7.1. **O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.**

7.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

7.3. O pagamento será em até 30(trinta) dias e efetuado pelo setor competente da UG, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao setor responsável da UG e, em anexo a esta, o atestado de fiscalização emitido por servidor designado, responsável pela fiscalização do contrato:

**BANCO: ..... AGÊNCIA: ..... CONTA CORRENTE: ..... LOCALIDADE: .....**

7.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

7.5. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

7.5.1. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade Fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, conforme a legislação aplicável e do orçamento aprovado pelo fiscal do contrato.

7.6. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 7.5 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Prefeitura autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à contratada, das penalidades previstas.

7.7. A Prefeitura poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela licitante vencedora, por força da contratação.

7.8. Quando ocorrer a situação prevista no subitem 7.7, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

7.9. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

7.10. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Prefeitura, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

7.11. Para a hipótese definida no item 7.10, a contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Prefeitura.

7.12. As despesas referentes ao objeto serão empenhadas nas dotações orçamentárias de cada UG's participante (saldo disponível na dotação para o exercício de 2020, mediante a devida previsão financeira:

**SECOM:** 021100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.06/3.3.90.39.05.

**SDS:**

112100.08.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30/08.122.0007.2211.0000/08.244.0006.2062.01290  
00008/0129000056/029000008/0229000056.4.4.90.52/3.3.90.59.

**SG:** 011100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.27.

**SEDETA:** 151100.04.122.0007.2004.0000.100.000.000.3.3.90.30.06/3.3.90.39.05

**SEMAUR:** 161100.04.122.0007.2004.0000.010.016.710.3.3.90.39/3.3.90.30.

**SETTRA:** 141100.04.122.0007.2004.0000.100.147.100.3.3.90.30/3.3.90.39.

**SARH:** 071100.04.122.0007.2238.0000.010.000.000.3.3.90.39/3.3.90.30.

**SS:**

DSME: PTRES: 10.302.0003.2285.4008. FONTE: 0149.092.000. NATUREZA: 339030/339039.

CAPS: PTRES: 10.302.0003.2303.4016. FONTE: 0149.000.000 / 0149.600.000. NATUREZA: 339030.

DSME: PTRES: 10.302.0003.2285.4008. FONTE: 0159.149.092. NATUREZA: 339030/339039.

CAPS: PTRES: 10.302.0003.2303.4016. FONTE: 0159.149.000 / 0159.149.600. NATUREZA: 339030.

SSVS: PTRES: 10.305.0003.2290.0000. FONTE: 0150.600.000. NATUREZA: 339030/339039

PTRES: 10.305.0003.2290.0000. FONTE: 0159.150.000. NATUREZA: 339030/339039.

SSAS: PTRES: 10.301.0003.2276.2005. FONTE: 0155.000.200 / 0155.600.200. NATUREZA: 339030/339039.

PTRES: 10.301.0003.2276.2005. FONTE: 0155.000.200 / 0155.600.000. NATUREZA: 339030/339039.

**SO:**091100.04.122.0007.2238.0000.010.000.000.3.3.90.30/3.3.90.39.



**SESUC:** 181100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.39.05/3.3.90.30.06.

**FUNALFA:** 404100.04.122.0007.2004.010.000.000.3.3.90.30.06/3.3.90.39.05.

**MAPRO:** 414100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.06/3.3.90.39.05.

**DEMLURB:** 013100.1.04.122.0007.22380000.010.000.000.3.3.90.30/33.90.39.

## VIII - DA HABILITAÇÃO

**8.1.** Para **habilitação**, deverá a sociedade empresária vencedora apresentar, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, **postando os mesmos em até 48 (quarenta e oito) horas**, após a confirmação do vencedor, o que poderá ser feito no final da disputa de preços. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados. **Os documentos na forma prevista neste Edital poderão ser enviados para o seguinte endereço: Av. Brasil, 2001, 6º andar - Centro - Juiz de Fora, MG - CEP: 36060-010. Não aceitaremos a documentação via Fax ou e-mail.**

**8.1.1.** Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação dentro do prazo estabelecido na cláusula anterior.

**8.1.2.** Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

**8.1.3.** Os documentos deverão ser apresentados de forma organizada, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos ou misturados.

**8.1.4.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

**8.1.5.** Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 403/2019 - PJF.  
ENVELOPE “01” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:  
CNPJ:**

Os proponentes deverão apresentar:

### **8.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

**8.2.1.** Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**8.2.2.** Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

**8.2.3.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**8.2.4.** Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo V**:

**8.2.4.1.** Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

**8.2.4.2.** Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

**8.2.4.3.** Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

**8.2.4.4.** Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

**8.2.4.5.** E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

**8.2.5.** Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo IV**.

**8.2.6.** Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo III**.

**8.2.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementara nº 123/06, conforme **Anexo II**.

**8.2.8.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

### **8.3. Documentos relativos à Regularidade Fiscal E TRABALHISTA:**

**8.3.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**8.3.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**8.3.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

**8.3.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

**8.3.4.1.** Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

**8.3.5.** Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**8.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.3.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**8.3.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**8.3.7.2.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

#### **8.4. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**8.4.1.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

**8.4.1.1.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

**8.4.1.2.** As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**8.4.1.3.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

**8.4.1.4.** Os documentos relativos ao subitem **8.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

**8.4.2.** A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC..... maior ou igual a 1(um)

**8.4.2.1.** O item **8.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

**8.4.3.** Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

**8.4.3.1.** Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de autorização expedida pelo Poder Judiciário de que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

**8.4.3.2.** Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

**8.4.4.** No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

## **8.5. Documentos relativos à qualificação técnica:**

**8.5.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

**8.6.** Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

**8.7.** A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

**8.8.** A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **8.2.1, 8.2.2, 8.2.3, 8.3 e 8.4.3**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena;

conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

**8.9.** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

8.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

8.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

8.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

8.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

## **IX - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

**9.1.** Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

**9.2.** A autoridade competente homologará o resultado da licitação e logo após será convocado o adjudicatário para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a subsecretaria.

**9.3.** A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a Ata de RP, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

**9.4.** Decorrido o prazo do item **9.2**, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura da Ata de RP, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

**9.4.1.** Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

**9.4.2.** Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**9.4.3.** A multa de que trata o item **9.4.1** deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**9.5.** A Administração Pública através da(s) Unidade(s) Requisitante(s) nos termos preceituados pela legislação específica ou, conforme o caso, convocará o Detentor da Ata de Registro de Preços para formalizar o termo contratual.

**9.5.1.** A Administração Pública tem a faculdade de formalizar termo contratual, a partir e durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos preceituados pela legislação específica, podendo substituí-lo por outros documentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

## **9.6. DO CONTRATO E DOS PRAZOS**

**9.6.1.** O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**9.6.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**9.6.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**9.6.4.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

## **9.7. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**9.7.1.** O prazo máximo para elaboração do orçamento é de 48 horas úteis, contadas a partir da entrega do veículo na oficina da contratada.

**9.7.2.** O prazo máximo para a execução dos serviços, contados a partir da aprovação do orçamento pelo fiscal do contrato:

**9.7.2.1.** De funilaria – máximo de 20 (vinte) dias úteis;

**9.7.2.2.** De pintura - Máximo de 10 (dez) dias úteis;

**9.7.2.3.** De mecânica (incluindo injeção eletrônica) – máximo de 5 (cinco) dias úteis;

**9.7.2.4.** De tapeçaria – máximo de 5 (cinco) dias úteis;

**9.7.2.5.** De vidraçaria – máximo de 2 (dois) dias úteis;

**9.7.2.6.** De elétrica – máximo de 5 (cinco) dias úteis;

**9.7.2.7.** De ar-condicionado – máximo de 2 (dois) dias úteis.

**9.7.2.8.** De lavagem - máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

**9.7.2.9.** Os demais serviços - máximo de 2 (dois) dias úteis.

**9.7.3.** Na impossibilidade de execução dos serviços conforme prazos do subitem anterior, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, em tempo hábil para a aprovação, e dentro dos prazos estipulados.

## **9.8. DO PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADAS**

**9.8.1.** O atendimento de chamadas para socorro deverá ser imediato não podendo exceder a duas horas e estarão disponíveis 24 horas por dia, durante sete dias da semana. Não sendo possível o conserto no local, o veículo deverá ser guinchado para a oficina da Contratada, por conta e risco desta.

## **X – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** A Ata de Registro de Preços terá a **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

**10.2.** Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado a aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

## **XI - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, ESPECÍFICAS E DO FORNECIMENTO DE PEÇAS**

### **11.1. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**11.1.1.** Os serviços contratados deverão ser realizados em local apropriado com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramental adequados.

**11.1.2.** Os veículos encaminhados para a realização dos serviços contratados deverão permanecer em local coberto, limpo e fechado, sem acesso do público externo, de modo que ofereça segurança, inclusive da Contratada, e proteção ao patrimônio público, deixando-os livres da ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries.

**11.1.3.** A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, profissionais capacitados e todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas e instalações necessárias para a completa e correta realização dos serviços.

**11.1.4.** Após a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar as peças avariadas / trocadas juntamente com o veículo no momento da sua liberação / entrega.

**11.1.5.** Os serviços executados deverão ser atestados pelo fiscal do contrato nomeado pela Unidade Gestora e caso não satisfaçam às exigências ou apresentem defeitos e incorreções, o serviço deverá ser refeito sem ônus para o Município.

### **11.2. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

**11.2.1.** A contratada deverá disponibilizar:

**11.2.1.1.** Toda a ferramenta apropriada e específica para execução de quaisquer serviços em veículos;

**11.2.1.2.** Equipamentos eletrônicos para testes de ignição e injeção eletrônica;

**11.2.1.3.** Elevador hidráulico, elétrico e pneumático;

**11.2.1.4.** Equipamentos eletrônicos para check-up em geral, como o raster;

**11.2.1.5.** Serviço de reboque 24 horas;

**11.2.1.6.** Equipamento moderno para funilaria e pintura como estufa, pistola de alta pressão, entre outros.

**11.2.2.** A contratada deverá indicar gerente, supervisor ou pessoa capacitada para representá-la junto Prefeitura de Juiz de Fora.

### **11.3. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS**

**11.3.1.** A contratada deverá fornecer todas as peças necessárias e suficientes ao perfeito funcionamento dos veículos objeto dos serviços.

**11.3.2.** Serão substituídas todas as peças sempre que necessário ao perfeito funcionamento dos veículos.

**11.3.3.** À CONTRATADA cabe somente utilizar peças, materiais e acessórios **genuínos ou originais**,

**novas, primeiro uso**, que atendam as recomendações da montadora do veículo, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, recuperados, do mercado paralelo, ou de outra procedência.

#### **11.3.3.1. Entende-se por:**

- a.** Peças e componentes **Genuínas:** as peças e componentes produzidos pela indústria de autopeças para a linha de produção e montadora de veículo, e que levam a sua marca;
- b.** Peças e componentes **Originais:** as peças e componentes produzidos pela indústria de autopeças fornecedoras das montadoras e distribuídos diretamente para a rede de autopeças.
- c. Acessórios:** peças que não são fundamentais que são suplementar, adicionais, que contribui para a segurança, conforto e proteção.

**11.3.4.** Na absoluta falta de peça original no mercado, desde que fundamentado pela contratada, poderá a administração autorizar, por escrito a substituição por peça não original ou recomendada pelos fabricantes, salientando que esta não deverá comprometer a qualidade do serviço bem como a segurança do veículo e o comprometimento de outros componentes.

**11.3.5.** A CONTRATADA deverá apresentar garantia de qualidade para os serviços executados, conforme especificações técnicas, bem como repassar o prazo de garantia ofertada pelos fabricantes para todas as peças utilizadas ou substituídas.

**11.3.6.** A substituição de peças e/ou acessórios deverá ser precedida de aprovação prévia do fiscal do contrato e deverá constar nome da peça, quantidade, referência e modelo na ordem de serviço.

**11.3.7.** Os preços propostos no orçamento serão conferidos pelo fiscal do contrato por meio da tabela de preço do fabricante, bem como o preço final líquido do desconto registrado.

**11.3.8.** A Contratante poderá optar em apenas adquirir peças e insumo. Nesta situação a relação de peças a serem fornecidas deverá ser elaborada pela Contratante e enviada à Contratada, por e-mail, solicitando a elaboração de orçamento que deverá ser aprovado pelo fiscal do contrato.

## **XII – DOS SERVIÇOS PREVISTOS E DE SUA REALIZAÇÃO**

### **12.1. SERVIÇOS PREVISTOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**a)** Fornecimento de peças de reposição, acessórios e insumos em geral, materiais para lanternagem e pintura, soldagem e acabamento de soldas, shampoo, óleo lubrificante e desengraxantes, etc., para veículos leves e utilitários.

**b)** Manutenção preventiva, mecânica, elétrica e hidráulica de veículos leves e utilitários compreendendo todos os serviços, com fornecimento de peças, acessórios e insumos, obedecendo-se às recomendações dos respectivos fabricantes, tais como:

1. Serviços de troca de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas.
2. Serviços de cambagem, cárter e convergência.
3. Serviços de desempenho de rodas.
4. Troca de óleo de motor, caixa de marchas e diferencial, líquido de arrefecimento de veículos leves e utilitários.
5. Lubrificação (graxa, óleo, etc) de veículos leves e utilitários.
6. Lavagem simples, completa com lubrificação (graxa) e geral com polimento, aspiração e lubrificação (graxa) em veículos leves e utilitários.
7. Reposição de palhetas de limpador, mangueiras e correias em geral de veículos.
8. Rastreamento de sistema de injeção eletrônica de combustível de veículos.
9. Limpeza geral do sistema de injeção e bicos injetores de veículos.



10. Outros serviços constantes no manual dos veículos leves e utilitários.

**c)** Manutenção corretiva, mecânica, elétrica e hidráulica, de veículos leves e utilitários: compreendendo todos os serviços, com fornecimento de peças, acessórios e insumos, realizados por oficinas mecânicas, oficinas/empresas especializadas ou rede autorizada, que venha a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficientes de operação, manutenção e fabricação, tais como:

1. Serviços de retífica de motores de veículos.
2. Serviços no sistema de arrefecimento de motores de veículos.
3. Serviços no sistema de climatizadores ou ar condicionado de veículos.
4. Rastreamento de sistema de injeção eletrônica de combustível de veículos.
5. Serviços no sistema de injeção eletrônica de combustível de veículos.
6. Troca de embreagem de veículos.
7. Reparação de caixas de marchas de veículos.
8. Reparação de diferencial de veículos.
9. Recuperação de transmissão de veículos.
10. Recuperação de agregados do sistema de freio de veículos.
11. Serviços de reparação em chassi e suspensão de veículos.
12. Serviços de usinagem, fundição de peças e componentes de veículos leves e utilitários.
13. Serviços de borracharia para conserto em pneus e câmaras de ar, com desmontagem e montagem no veículo.
14. Serviços de recapagem de pneus.
15. Serviços de manutenção na parte elétrica de veículos.
16. Serviços de manutenção de ferramentas elétricas.
17. Substituição de mangueiras e correias em geral de veículos leves e utilitários.
18. Capotaria.
19. Tapeçaria.
20. Funilaria, lanternagem e pintura.
21. destombamento, içamento e reboque de veículos.
22. Inspeções, vistorias e manutenções diversas preventivas e corretivas em sistemas passíveis de aferições obrigatórias de acordo com os órgãos fiscalizadores.
23. Manutenção em todos os componentes externos do motor, caixa de Cambio e gerenciamento eletrônico com peças, acessórios e derivados de petróleo;
24. Manutenção da direção hidráulica e mecânica;
25. Limpeza do tanque de combustível e tubulações;
26. Suspensão dianteira e traseira completa;
27. Serviços de montagem, desmontagem e reparo em sistema de frenagem hidráulico, ABS e pneumático, e substituição dos componentes agregados ao sistema de freio;
28. Serviços de troca ou conserto de escapamento;
29. Serviços de geometria, alinhamento, cambagem e cárter;
30. Os serviços de alinhamento obrigatoriamente deverão ser efetuados em sistema computadorizado e deverá ser encaminhado um relatório da distorção ou discrepância impresso e anexado a Nota Fiscal;
31. Serviço de manutenção, reparos e substituição de alternador, motor de arranque, baterias, chaves elétricas, faróis, lanternas e demais sistemas compreendidos;
32. Serviços de instrumentação como odômetro e tacógrafo;
33. Serviços de alarme e antifurto, chave de corte;
34. Serviços de conserto/troca de fechaduras, trincos, dobradiças, roletes e portas, vidros e retrovisores;
35. Serviço de chave de ignição (copias e codificação).
36. Serviços de substituição e recomposição de borrachas de vidros e portas em geral;
37. Manutenção em bancos, tapeçaria e interior dos veículos.
38. Outros serviços correlatos necessários para garantir a manutenção corretiva de veículos leves e utilitários.

**12.1.1.** A sociedade empresária contratada deverá disponibilizar e instalar na Prefeitura de Juiz de Fora nas Unidades participantes do Certame, o Catálogo Oficial de Peças e a tabela de preços em meio digital, podendo ser atualizados caso haja alguma alteração pela montadora, o que deverá ser comunicado formalmente e comprovado imediatamente.

**12.1.2.** Caso a montadora não disponibilize catálogo e/ou tabela de preço, a Contratada deverá oficiar a Prefeitura neste sentido, com a devida comprovação, e as consultas deverão ocorrer da seguinte forma:

**12.1.2.1.** As consultas aos códigos das peças deverá ser direto nas concessionárias, devendo a Contratada encaminhar junto com o orçamento elaborado por esta, o orçamento da Concessionária, para fins de referência.

**12.1.2.2.** Em relação à consulta de preço a Contratada deverá disponibilizar, sem custo para a Contratante, acesso para os fiscais dos contratos ao sistema “Cilia” ou “Audatex”, utilizando como referência, para fins de orçamento, os valores ali expressos.

**12.2. Os serviços a serem contratados pela ADMINISTRAÇÃO DIRETA, de acordo com Termo de Referência e documentos anexos aos autos do processo licitatório, limitar-se-ão aos seguintes:**

**a)** Fornecimento de peças de reposição, acessórios e insumos em geral, materiais para lanternagem e pintura, soldagem e acabamento de soldas, shampoo, óleo lubrificante e desengraxantes, etc., para veículos leves e utilitários.

**b)** Manutenção preventiva, mecânica, elétrica e hidráulica de veículos leves e utilitários compreendendo todos os serviços, com fornecimento de peças, acessórios e insumos, obedecendo-se às recomendações dos respectivos fabricantes, tais como:

1. Serviços de alinhamento e balanceamento de rodas.
2. Serviços de cambagem, cárter e convergência.
3. Serviços de desempenho de rodas.
4. Lavagem simples, completa com lubrificação (graxa) e geral com polimento, aspiração e lubrificação (graxa) em veículos leves e utilitários.
5. Rastreamento de sistema de injeção eletrônica de combustível de veículos.
6. Limpeza geral do sistema de injeção e bicos injetores de veículos.

**c)** Manutenção corretiva, mecânica, elétrica e hidráulica, de veículos leves e utilitários: compreendendo todos os serviços, com fornecimento de peças, acessórios e insumos, realizados por oficinas mecânicas, oficinas/empresas especializadas ou rede autorizada, que venha a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficientes de operação, manutenção e fabricação, tais como:

1. Serviços de retífica de motores de veículos.
2. Serviços no sistema de climatizadores ou ar condicionado de veículos.
3. Reparação de caixas de marchas de veículos.
4. Reparação de diferencial de veículos.
5. Serviços de usinagem, fundição de peças e componentes de veículos leves e utilitários.
6. Capotaria.
7. Tapeçaria.
8. Funilaria, lanternagem e pintura.
9. destombamento, içamento e reboque de veículos.
10. Manutenção da direção hidráulica e mecânica;
11. Serviços de instrumentação como odômetro e tacógrafo;
12. Serviços de alarme e antifurto, chave de corte;

13. Serviços de conserto/troca de fechaduras, trincos, dobradiças, roletes e portas, vidros e retrovisores;
14. Serviços de substituição e recomposição de borrachas de vidros e portas em geral;
15. Manutenção em bancos, tapeçaria e interior dos veículos.

**12.2.1. Os serviços elencados no item 12.2 não podem ser prestados por servidores da Oficina Mecânica integrantes do quadro de pessoas da Administração Direta, dada a imprescindibilidade de ferramentas e equipamentos específicos para a execução dos mesmos.**

### **12.3. DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

**12.3.1.** O custo dos serviços deverá ser balizado no **VALOR DA HORA TRABALHADA (VHT)** referente à mão de obra utilizada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive com troca de peças, tendo como tempo máximo aquele indicado no **MANUAL DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS** fornecidos pelas concessionárias das respectivas montadoras (fabricante), no qual consta o tempo necessário a cada manutenção.

**12.3.2.** A contratada deverá disponibilizar e instalar na Prefeitura de Juiz de Fora o **MANUAL DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS** fornecidos pelas concessionárias das respectivas montadoras (fabricante), no qual consta o tempo necessário a cada manutenção, em meio digital. Podendo ser atualizados caso haja alguma alteração pela montadora, o que deverá ser comunicado formalmente e comprovado imediatamente ao fiscal do contrato.

**12.3.3.** Os serviços serão realizados na oficina da Contratada nos dias úteis, no horário comercial, ou em outro local, desde que informado previamente ao fiscal do contrato.

**12.3.4.** Todos os serviços a serem realizados pela empresa contratada deverão ser precedidos de orçamento o qual deverá ser encaminhado pela empresa contratada ao fiscal do contrato, podendo a mesma aprová-lo ou não.

**12.3.5.** Deverá ser emitido um orçamento para cada veículo, devendo constar neste:

**12.3.5.1.** Placa, marca e modelo do veículo;

**12.3.5.2.** Quilometragem do odômetro e nível de combustível do veículo;

**12.3.5.3.** Número de horas necessárias para execução dos serviços em conformidade com o manual de reparação de veículos da respectiva montadora (fabricante).

**12.3.5.4.** Valor da hora cotada na licitação;

**12.3.5.5.** Quantidade e preço das peças;

**12.3.5.6.** Resumo dos serviços a serem realizados;

**12.3.5.7.** Tempo de garantia das peças e serviços;

**12.3.5.8.** Caso seja aprovado o orçamento, a empresa contratada receberá o orçamento devidamente autorizado;

**12.3.5.9.** Caso seja rejeitado o orçamento, a Contratante deverá retirar o veículo do estacionamento da empresa contratada, sem que seja cobrado qualquer custo pelo orçamento ou pela estadia do veículo no seu pátio.

**12.3.5.10.** A contratada poderá terceirizar os serviços e neste caso, se responsabilizará civil e criminalmente pelos serviços terceirizados, bem como pelas responsabilidades trabalhistas oriundas da terceirização.

**12.3.5.11.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução, por ação ou omissão de seus empregados ou em função da terceirização do serviço.

### **XIII - DAS OBRIGAÇÕES**

### **13.1. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA**

**13.1.1.** Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do contrato.

**13.1.2.** Rejeitar, no todo ou em parte, o material e/ou o serviço a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela contratada.

**13.1.3.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

**13.1.4.** Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

**13.1.5.** Conferir se o fornecimento do produto e/ou do serviço está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução nas condições especificadas.

**13.1.6.** Comunicar a contratada qualquer irregularidade na entrega do produto e/ou o serviço e interromper imediatamente o fornecimento ou prestação dos serviços, se for o caso.

**13.1.7.** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

**13.1.8.** Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

**13.1.9.** Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando as obrigações não estiverem sendo cumprido de forma satisfatória.

**13.1.10.** A autoridade gestora da despesa credenciará junto à contratada os servidores autorizados a emitir as requisições de fornecimento ou serviços, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela contratada.

### **13.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.2.1.** Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos materiais, incluindo o transporte e o frete.

**13.2.2.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do fornecimento dos materiais e serviços prestados.

**13.2.3.** Entregar os materiais e serviços no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A UG, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade dos materiais e serviços com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo.

**13.2.4.** Entregar o objeto especificado na Autorização de Fornecimento/serviços, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas no contrato.

**13.2.5.** Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

**13.2.6.** Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

**13.2.7.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **XIV - DAS PENALIDADES E RESCISÃO**

**14.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

**14.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**14.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**14.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**14.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **14.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**14.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **14.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**14.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**14.6.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**14.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

**14.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

**14.9.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termo do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**14.10.** Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

## **XV - DA FISCALIZAÇÃO E SUBLOCAÇÃO**

### **15.1. DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1.1.** A fiscalização, o recebimento e a conferência do serviço e fornecimento das peças, serão realizados por servidor a ser nomeado pela Unidade Gestora.

**15.1.2.** O fiscal do contrato atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto e dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à contratada.

**15.1.3.** O recebimento definitivo dos objetos e/ou o serviço deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

**15.1.4.** Todo o serviço, fiscalização, autorizações, acompanhamentos, orçamentos, comprovantes, controle de preços e serviços, enfim, todas as tarefas inerentes a esta contratação será controlada pelo fiscal do contrato.

### **15.2. DA SUBLOCAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**15.2.1.** A Contratada poderá subcontratar eventualmente alguns serviços, desde que não haja prejuízo para a Prefeitura, assumindo a Contratada a responsabilidade pelo resultado dos serviços executados e pela emissão da garantia dos mesmos.

**15.2.2.** A empresa sublocada deverá ser inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e deter o alvará de funcionamento, válido, expedido pelos órgãos Municipais, que deverá ser apresentado ao fiscal do contrato, se solicitado.

## **XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1.** Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

**16.2.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**16.3.** O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**16.4.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**16.5.** No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

**16.6.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**16.7.** Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SARH/CPL/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

**16.8.** Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **SARH/CPL/PJF** obedecida a legislação vigente.

**16.8.1.** O Decreto nº 13.602/2019 Regulamenta a organização e as atribuições da Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SARH, instituída pela Lei nº 13.830/2019, que “Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Município de Juiz de Fora, fixa princípios e diretrizes de gestão e dá outras providências.

**16.8.2.** O Decreto nº 13.602/2019 determina as competências da **Comissão Permanente de Licitação - CPL, subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.

**16.9.** Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo II - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

Anexo VI – Minuta de Contrato.

Anexo VII – Termo de Referência e Valor Estimado.

Anexo VII.A - Modelo de Proposta Comercial.

**PREGÃO ELETRÔNICO n° 403/2019 - PJF**

**ANEXO I**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° ----- /..... - -----**  
**PROCESSO n° 09115/2019 – PE n° 403/2019**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

A **Secretaria de Administração e Recursos Humanos**, doravante denominada **SARH**, e, neste ato, **UNIDADE GESTORA**, através de seu(ua) ....., Sr(a). ....., e a sociedade empresária ....., estabelecida na Rua/Avenida ....., n°. ....., CNPJ n°. ....., pelo seu representante infra-assinado Sr. ....., CPF n°. ....., R.G. n°. ....., doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal n° 8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal n° 10.520/2002 e Decreto Municipal n° 7.485/2002, Decreto Municipal n° 7.962/2003, Decreto n° 13.602/2019 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO n° ...../2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo próprio n° 0...../2019, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei n° 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações **para o fornecimento de peças automotiva genuínas e/ou originais e prestação de serviços para manutenção corretiva e preventiva dos veículos da Prefeitura de Juiz de Fora** (sendo as peças fornecidas através do catálogo oficial de peças das montadoras: **RENAULT, FORD, FIAT, CHEVROLET, VOLKSWAGEN, FIAT IVECO, PEUGEOT e NISSAN** os quais deverão ser fornecidos juntamente com a tabela de preços), conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório n°. 09115/2019, Pregão Eletrônico n°. 403/2019, para atender demanda da administração direta e indireta conforme abaixo, doravante denominada(s) **UNIDADE(S) REQUISITANTE(S)**.

**1.2. DAS UNIDADES REQUISITANTES (UG's) PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS**

**1.2.1. Administração Direta:** Secretaria de Comunicação Pública (**SECOM**), Secretaria de Governo (**SG**), Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária (**SEDETA**), Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (**SEMAUR**), Secretaria de Transporte e trânsito (**SETTRA**), Secretaria de Administração e Recursos Humanos (**SARH**), Secretaria de Saúde (**SS**), Secretaria de Obras (**SO**), Secretaria de Desenvolvimento Social (**SDS**) e Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (**SESUC**).

**1.2.2. Administração Indireta:** Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (**FUNALFA**), Fundação Museu Mariano Procópio (**MAPRO**) e Departamento Municipal de Limpeza Urbana (**DEMLURB**).

**CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DOS VALORES ESTIMADOS POR UG**

**2.1.** Os percentuais da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:



<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Desconto registrado</b>
<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA	
	ORIGINAL	
<b>LOTE 2</b> Catálogo de peças <b>FORD</b>	GENUÍNA	
	ORIGINAL	
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	
	ORIGINAL	
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA	
	ORIGINAL	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	
	ORIGINAL	
<b>LOTE 6</b> Catálogo de Peças <b>FIAT IVECO</b>	GENUÍNA	
	ORIGINAL	
<b>LOTE 7</b> Catálogo de Peças <b>PEUGEOT</b>	GENUÍNA	
	ORIGINAL	
<b>LOTE 8</b> Catálogo de Peças <b>NISSAN</b>	GENUÍNA	
	ORIGINAL	

**2.2.** O valor da hora trabalhada - **prestação de serviços** (mão de obra) - será fixo: **R\$ 69,44** (sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

### **2.3. DOS VALORES ESTIMADOS POR UG**

#### **2.3.1. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

<b>DEMLURB</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	R\$ 4.000,00	R\$ 17.740,00
	ORIGINAL	R\$ 11.000,00	
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA	R\$ 2.000,00	
	ORIGINAL	R\$ 4.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	R\$ 2.000,00	
	ORIGINAL	R\$ 4.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$			
44.740,00			

<b>FUNALFA</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de</b>

			<b>obra</b>
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	2.700,00	R\$ 22.000,83
	ORIGINAL	10.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	3.000,00	
	ORIGINAL	8.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$			45.700,83

<b>MAPRO</b>				
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>	
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	1.000,00	R\$ 5.000,00	
	ORIGINAL	4.000,00		
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$				10.000,00

### 2.3.2. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

<b>SESUC</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	1.500,00	R\$ 7.950,00
	ORIGINAL	6.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	1.500,00	
	ORIGINAL	6.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$			22.950,00

<b>SEDETA</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 2</b> Catálogo de peças <b>FORD</b>	GENUÍNA	1.500,00	2.000,00
	ORIGINAL	4.500,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$			8.000,00

<b>SARH</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 2</b> Catálogo de peças <b>FORD</b>	GENUÍNA	2.000,00	12.000,00
	ORIGINAL	4.000,00	
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	12.000,00	
	ORIGINAL	36.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$			66.000,00

<b>SEMAUR</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	2.000,00	4.000,00
	ORIGINAL	4.000,00	
<b>LOTE 7</b>	GENUÍNA	2.000,00	



Catálogo de Peças <b>PEUGEOT</b>	ORIGINAL	4.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 16.000,00			

<b>SG</b>			
LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra
<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA	1.000,00	2.000,00
	ORIGINAL	3.500,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 6.500,00			

<b>SDS</b>				
LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra	
<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA	2.000,00	R\$ 15.000,00	
	ORIGINAL	4.000,00		
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	3.000,00		
	ORIGINAL	6.000,00		
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA	6.000,00		
	ORIGINAL	12.000,00		
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	4.000,00		
	ORIGINAL	10.000,00		
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 62.000,00				

<b>SO</b>			
LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra
<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA	2.000,00	12.000,00
	ORIGINAL	5.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	5.000,00	
	ORIGINAL	25.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 49.000,00			

<b>SECOM</b>			
LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	1.500,00	4.000,00
	ORIGINAL	4.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	1.500,00	
	ORIGINAL	4.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 15.000,00			

<b>SS</b>			
LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra

<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA	22.000,00	R\$ 129.000,00	
	ORIGINAL	45.000,00		
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	20.000,00		
	ORIGINAL	60.000,00		
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA	15.000,00		
	ORIGINAL	30.000,00		
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	40.000,00		
	ORIGINAL	140.000,00		
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 501.000,00				

<b>SETTRA</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	8.000,00	30.000,00
	ORIGINAL	35.000,00	
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA	4.000,00	
	ORIGINAL	10.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	2.000,00	
	ORIGINAL	5.000,00	
<b>LOTE 6</b> Catálogo de Peças <b>FIAT IVECO</b>	GENUÍNA	3.000,00	
	ORIGINAL	12.000,00	
<b>LOTE 7</b> Catálogo de Peças <b>PEUGEOT</b>	GENUÍNA	2.500,00	
	ORIGINAL	5.000,00	
<b>LOTE 8</b> Catálogo de Peças <b>NISSAN</b>	GENUÍNA	6.000,00	
	ORIGINAL	15.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços R\$ 137.500,00			

### **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA**

**3.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

**3.2.** Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.

**3.3.** Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A UNIDADE REQUISITANTE reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

3.4. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 403/2019**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

#### **CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

4.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura do contrato entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada.

4.2. O **FORNECEDOR** da Ata de Registro de Preços será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta, mesmo que o término do contrato dele decorrente estiver previsto para data posterior à do seu vencimento.

4.3. Toda contratação deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de documento hábil.

4.4. A cópia da Nota de Empenho ou outro de documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

#### **CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

5.1. O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE** seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

#### **CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;

b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR** tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

**6.2.** O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

**6.2.1.** Pela **UNIDADE GESTORA**:

a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 6.1;

b) quando o **FORNECEDOR** não formalizar a contratação decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;

c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto contratado, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item 6.1;

d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público;

f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;

g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;

h) quando o **FORNECEDOR** der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente do registro de preços;

i) a detentora não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

**6.2.2.** Pelo **FORNECEDOR**

a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;

b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

**6.3.** O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**6.4.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a

comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

**6.5.** A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

## **CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO**

**7.1.** A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à SARH/Comissão Permanente de Licitação/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das contratações.

**7.1.1.** A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

## **CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES**

**8.1.** As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

## **CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES**

**9.1.** O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

**9.2.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

**9.3.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **9.2**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**9.3.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **9.2**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5. A aplicação de penalidades previstas para os casos de não execução do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.962/2003.

9.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

9.9. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

9.10. Após a adjudicação do objeto, o **FORNECEDOR** será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data da referida convocação feita pela Unidade Gestora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades definidas pelo artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº. 403/2019**, seus anexos e a proposta da sociedade empresária \_\_\_\_\_ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, pelo Decreto Municipal nº 7.485/2002 no que não colidir com a primeira, Decreto nº 7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

## CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20.....

**GESTOR**  
**Representante Legal**

**EMPRESA**  
**Representante Legal**  
**Cargo**

**Testemunha 1**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_

**Testemunha 2**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO n° 403/2019 - PJF**

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o n° ....., por intermédio de seu representante legal Sr.(a) ....., portador do Documento de Identidade n° ....., inscrito no CPF sob o n° ..... DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como ..... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3° da Lei Complementar n° 123/2006 e 2006 e Lei Municipal n° 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4° deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1° da Lei Complementar n°. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

**PREGÃO ELETRÔNICO n° 403/2019 - PJF**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob n° .....,  
sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s)  
....., e-mail para contato ....., neste ato  
representada pelo(a) Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade n° .....  
e do CPF n° ....., declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de  
habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico n° 403/2019**, assim como tem pleno  
conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 403/2019 - PJF**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)  
....., portador da Carteira de Identidade nº  
..... e do CPF nº ....., **DECLARA, sob as penas da Lei, em  
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não  
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de  
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

## PREGÃO ELETRÔNICO n° 403/2019 - PJF

### ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o n° ....., por intermédio do seu representante legal o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade n° ..... e do CPF n° ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal n° 8.666/93 consolidada pela Lei Federal n° 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 403/2019 - PJF**

**ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM ..... E A  
\_\_\_\_\_.

O (a) ....., neste ato representado por seu(ua) ..... Sr(a) ....., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº ....., portador da CI nº ..... doravante denominado ..... com a interveniência da....., neste ato representada por seu(ua) .....(a) Sr(a). ....., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº ....., portador da CI nº ..... doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária \_\_\_\_\_ estabelecida à rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_, CNPJ nº ....., pelo seu representante infra-assinado Sr. ...., CPF nº ....., RG nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 403/2019**, conforme consta do **processo** administrativo próprio nº **09115/2019** e Ata de Registro de Preços nº ....., firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** É objeto deste instrumento a **aquisição de peças automotiva genuínas e/ou originais e prestação de serviços para manutenção corretiva e preventiva dos veículos da Prefeitura de Juiz de Fora** (sendo as peças fornecidas através do catálogo oficial de peças das montadoras: ..... os quais deverão ser fornecidos juntamente com a tabela de preços, respectivamente lotes .....), e especificações do edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 403/2019**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**2.1.** Para o presente contrato estima-se um consumo no **valor global** (peças + serviços) de R\$ ..... (.....), sendo:

LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra
	GENUÍNA		
	ORIGINAL		

**2.1.1.** O percentual de desconto registrado são os descritos abaixo:

Item	Quant. total	Descrição	Percentual (%) registrado

**2.1.2.** O valor da hora trabalhada - **prestação de serviços** (mão de obra) - será fixo: **R\$ 69,44** (sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

**2.2.** O pagamento será em até 30(trinta) dias e efetuado pelo setor competente da UG, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao setor responsável da UG e, em anexo a esta, o atestado de fiscalização emitido por servidor designado, responsável pela fiscalização do contrato:

**BANCO:** ..... **AGÊNCIA:** ..... **CONTA CORRENTE:** ..... **LOCALIDADE:** .....

**2.3.** As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**2.4.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

**2.4.1.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade Fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, conforme a legislação aplicável e do orçamento aprovado pelo fiscal do contrato.

**2.5.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.4** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Prefeitura autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à contratada, das penalidades previstas.

**2.6.** A Prefeitura poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela licitante vencedora, por força da contratação.

**2.7.** Quando ocorrer a situação prevista no subitem **2.6**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

**2.8.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

**2.9.** Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Prefeitura, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \\ EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

**2.10.** Para a hipótese definida no item **2.9**, a contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Prefeitura.

**2.11.** As despesas referentes ao objeto serão empenhadas na dotação orçamentária:  
.....

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DOS PRAZOS**

**3.1.** O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**3.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**3.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**3.4.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

### **3.5. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**3.5.1.** O prazo máximo para elaboração do orçamento é de 48 horas úteis, contadas a partir da entrega do veículo na oficina da contratada.

**3.5.2.** O prazo máximo para a execução dos serviços, contados a partir da aprovação do orçamento pelo fiscal do contrato:

*“3.5.2.1. ....”  
(complementar conforme serviços licitados para a UG integrante da Administração Direta ou Administração Indireta)*

**3.5.3.** Na impossibilidade de execução dos serviços conforme prazos do subitem anterior, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, em tempo hábil para a aprovação, e dentro dos prazos estipulados.

### **3.6. DO PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADAS**

**3.6.1.** O atendimento de chamadas para socorro deverá ser imediato não podendo exceder a duas horas e estarão disponíveis 24 horas por dia, durante sete dias da semana. Não sendo possível o conserto no local, o veículo deverá ser guinchado para a oficina da Contratada, por conta e risco desta.

## **CLÁUSULA QUARTA - DOS SERVIÇOS PREVISTOS E DE SUA REALIZAÇÃO**

### **4.1. SERVIÇOS PREVISTOS**

a) ..... *(completar conforme serviços licitados para a UG integrante da Administração Direta ou Administração Indireta)*

**4.1.1.** A sociedade empresária contratada deverá disponibilizar e instalar na Prefeitura de Juiz de Fora nas Unidades participantes do Certame, o Catálogo Oficial de Peças e a tabela de preços em meio digital, podendo ser atualizados caso haja alguma alteração pela montadora, o que deverá ser comunicado formalmente e comprovado imediatamente.

**4.1.2.** Caso a montadora não disponibilize catálogo e/ou tabela de preço, a Contratada deverá oficiar a Prefeitura neste sentido, com a devida comprovação, e as consultas deverão ocorrer da seguinte forma:

**4.1.2.1.** As consultas aos códigos das peças deverá ser direto nas concessionárias, devendo a Contratada encaminhar junto com o orçamento elaborado por esta, o orçamento da Concessionária, para fins de referência.



**4.1.2.2.** Em relação à consulta de preço a Contratada deverá disponibilizar, sem custo para a Contratante, acesso para os fiscais dos contratos ao sistema “Cilia” ou “Audatex”, utilizando como referência, para fins de orçamento, os valores ali expressos.

## **4.2. DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

**4.2.1.** O custo dos serviços deverá ser balizado no **VALOR DA HORA TRABALHADA (VHT)** referente à mão de obra utilizada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive com troca de peças, tendo como tempo máximo aquele indicado no **MANUAL DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS** fornecidos pelas concessionárias das respectivas montadoras (fabricante), no qual consta o tempo necessário a cada manutenção.

**4.2.2.** A contratada deverá disponibilizar e instalar na Prefeitura de Juiz de Fora o **MANUAL DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS** fornecidos pelas concessionárias das respectivas montadoras (fabricante), no qual consta o tempo necessário a cada manutenção, em meio digital. Podendo ser atualizados caso haja alguma alteração pela montadora, o que deverá ser comunicado formalmente e comprovado imediatamente ao fiscal do contrato.

**4.2.3.** Os serviços serão realizados na oficina da Contratada nos dias úteis, no horário comercial, ou em outro local, desde que informado previamente ao fiscal do contrato.

**4.2.4.** Todos os serviços a serem realizados pela empresa contratada deverão ser precedidos de orçamento o qual deverá ser encaminhado pela empresa contratada ao fiscal do contrato, podendo a mesma aprová-lo ou não.

**4.2.5.** Deverá ser emitido um orçamento para cada veículo, devendo constar neste:

**4.2.5.1.** Placa, marca e modelo do veículo;

**4.2.5.2.** Quilometragem do odômetro e nível de combustível do veículo;

**4.2.5.3.** Número de horas necessárias para execução dos serviços em conformidade com o manual de reparação de veículos da respectiva montadora (fabricante).

**4.2.5.4.** Valor da hora cotada na licitação;

**4.2.5.5.** Quantidade e preço das peças;

**4.2.5.6.** Resumo dos serviços a serem realizados;

**4.2.5.7.** Tempo de garantia das peças e serviços;

**4.2.5.8.** Caso seja aprovado o orçamento, a empresa contratada receberá o orçamento devidamente autorizado;

**4.2.5.9.** Caso seja rejeitado o orçamento, a Contratante deverá retirar o veículo do estacionamento da empresa contratada, sem que seja cobrado qualquer custo pelo orçamento ou pela estadia do veículo no seu pátio.

**4.2.5.10.** A contratada poderá terceirizar os serviços e neste caso, se responsabilizará civil e criminalmente pelos serviços terceirizados, bem como pelas responsabilidades trabalhistas oriundas da terceirização.

**4.2.5.11.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução, por ação ou omissão de seus empregados ou em função da terceirização do serviço.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**

### **5.1. OBRIGAÇÕES DA ..... (UG)**

**5.1.1.** Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do contrato.

**5.1.2.** Rejeitar, no todo ou em parte, o material e/ou o serviço a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela contratada.

**5.1.3.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

**5.1.4.** Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

**5.1.5.** Conferir se o fornecimento do produto e/ou do serviço está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução nas condições especificadas.

**5.1.6.** Comunicar a contratada qualquer irregularidade na entrega do produto e/ou o serviço e interromper imediatamente o fornecimento ou prestação dos serviços, se for o caso.

**5.1.7.** Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

**5.1.8.** Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

**5.1.9.** Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando as obrigações não estiverem sendo cumprido de forma satisfatória.

**5.1.10.** A autoridade gestora da despesa credenciará junto à contratada os servidores autorizados a emitir as requisições de fornecimento ou serviços, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela contratada.

## **5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.2.1.** Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos materiais, incluindo o transporte e o frete.

**5.2.2.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do fornecimento dos materiais e serviços prestados.

**5.2.3.** Entregar os materiais e serviços no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A UG, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade dos materiais e serviços com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo.

**5.2.4.** Entregar o objeto especificado na Autorização de Fornecimento/serviços, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas no contrato.

**5.2.5.** Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

**5.2.6.** Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

**5.2.7.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO**

**6.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

**6.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**6.2.1.** Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

**6.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**6.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**6.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**6.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**6.6.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**6.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

**6.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

6.9. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ESPECÍFICAS E DO FORNECIMENTO DE PEÇAS**

### **7.1. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

7.1.1. Os serviços contratados deverão ser realizados em local apropriado com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramental adequados.

7.1.2. Os veículos encaminhados para a realização dos serviços contratados deverão permanecer em local coberto, limpo e fechado, sem acesso do público externo, de modo que ofereça segurança, inclusive da Contratada, e proteção ao patrimônio público, deixando-os livres da ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries.

7.1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, profissionais capacitados e todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas e instalações necessárias para a completa e correta realização dos serviços.

7.1.4. Após a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar as peças avariadas / trocadas juntamente com o veículo no momento da sua liberação / entrega.

7.1.5. Os serviços executados deverão ser atestados pelo fiscal do contrato nomeado pela Unidade Gestora e caso não satisfaçam às exigências ou apresentem defeitos e incorreções, o serviço deverá ser refeito sem ônus para o Município.

### **7.2. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

7.2.1. A contratada deverá disponibilizar:

7.2.1.1. Toda a ferramenta apropriada e específica para execução de quaisquer serviços em veículos;

7.2.1.2. Equipamentos eletrônicos para testes de ignição e injeção eletrônica;

7.2.1.3. Elevador hidráulico, elétrico e pneumático;

7.2.1.4. Equipamentos eletrônicos para check-up em geral, como o raster;

7.2.1.5. Serviço de reboque 24 horas;

7.2.1.6. Equipamento moderno para funilaria e pintura como estufa, pistola de alta pressão, entre outros.

7.2.2. A contratada deverá indicar gerente, supervisor ou pessoa capacitada para representá-la junto Prefeitura de Juiz de Fora.

### **7.3. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS**

7.3.1. A contratada deverá fornecer todas as peças necessárias e suficientes ao perfeito funcionamento dos veículos objeto dos serviços.

7.3.2. Serão substituídas todas as peças sempre que necessário ao perfeito funcionamento dos veículos.

7.3.3. À CONTRATADA cabe somente utilizar peças, materiais e acessórios **genuínos ou originais, novas, primeiro uso**, que atendam as recomendações da montadora do veículo, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, recuperados, do mercado paralelo, ou de outra procedência.

7.3.3.1. Entende-se por:

- a.** Peças e componentes **Genuínas:** as peças e componentes produzidos pela indústria de autopeças para a linha de produção e montadora de veículo, e que levam a sua marca;
- b.** Peças e componentes **Originais:** as peças e componentes produzidos pela indústria de autopeças fornecedoras das montadoras e distribuídos diretamente para a rede de autopeças.
- c. Acessórios:** peças que não são fundamentais que são suplementar, adicionais, que contribui para a segurança, conforto e proteção.

**7.3.4.** Na absoluta falta de peça original no mercado, desde que fundamentado pela contratada, poderá a administração autorizar, por escrito a substituição por peça não original ou recomendada pelos fabricantes, salientando que esta não deverá comprometer a qualidade do serviço bem como a segurança do veículo e o comprometimento de outros componentes.

**7.3.5.** A CONTRATADA deverá apresentar garantia de qualidade para os serviços executados, conforme especificações técnicas, bem como repassar o prazo de garantia ofertada pelos fabricantes para todas as peças utilizadas ou substituídas.

**7.3.6.** A substituição de peças e/ou acessórios deverá ser precedida de aprovação prévia do fiscal do contrato e deverá constar nome da peça, quantidade, referência e modelo na ordem de serviço.

**7.3.7.** Os preços propostos no orçamento serão conferidos pelo fiscal do contrato por meio da tabela de preço do fabricante, bem como o preço final líquido do desconto registrado.

**7.3.8.** A Contratante poderá optar em apenas adquirir peças e insumo. Nesta situação a relação de peças a serem fornecidas deverá ser elaborada pela Contratante e enviada à Contratada, por e-mail, solicitando a elaboração de orçamento que deverá ser aprovado pelo fiscal do contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA DA FISCALIZAÇÃO E SUBLOCAÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **8.1. DA FISCALIZAÇÃO**

**8.1.1.** A fiscalização, o recebimento e a conferência do serviço e fornecimento das peças, serão realizados por servidor a ser nomeado pela Unidade Gestora.

**8.1.2.** O fiscal do contrato atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto e dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à contratada.

**8.1.3.** O recebimento definitivo dos objetos e/ou o serviço deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

**8.1.4.** Todo o serviço, fiscalização, autorizações, acompanhamentos, orçamentos, comprovantes, controle de preços e serviços, enfim, todas as tarefas inerentes a esta contratação será controlada pelo fiscal do contrato.

### **8.2. DA SUBLOCAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.2.1.** A Contratada poderá subcontratar eventualmente alguns serviços, desde que não haja prejuízo para a Prefeitura, assumindo a Contratada a responsabilidade pelo resultado dos serviços executados e pela emissão da garantia dos mesmos.

**8.2.2.** A empresa sublocada deverá ser inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e deter o alvará de funcionamento, válido, expedido pelos órgãos Municipais, que deverá ser apresentado ao fiscal do contrato, se solicitado.

### **CLÁUSULA NONA DA CESSÃO**

**9.1.** Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

**9.1.1.** A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretense cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

**9.2.** A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

**9.3.** As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

### **CLÁUSULA DÉCIMA DAS COMUNICAÇÕES**

**10.1.** As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO**

**11.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, ..... de ..... de 20.....

**PREFEITO**  
**GESTOR(ES) DA(S) UG(S)**  
**EMPRESA**  
Representante Legal  
Cargo

**Testemunha 1**

**Testemunha 2**

Ass.: \_\_\_\_\_ Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_ C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_ C.P.F.: \_\_\_\_\_

## PREGÃO ELETRÔNICO nº 403/2019 - PJF

### ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

#### 1. OBJETO

**1.1.** Registro de Preços para futuras e eventuais contratações para **aquisição de peças automotivas genuínas e/ou originais e prestação de serviços para manutenção corretiva e preventiva dos veículos da Prefeitura de Juiz de Fora.** Sendo as peças fornecidas através do catálogo oficial de peças das montadoras: **RENAULT, FORD, FIAT, CHEVROLET, VOLKSWAGEN, FIAT IVECO, PEUGEOT e NISSAN** os quais deverão ser fornecidos juntamente com a tabela de preços, conforme especificações, quantidades e condições previstas neste Termo de Referência.

**1.1.1.** O procedimento será dividido em lotes da seguinte forma:

- a) LOTE 1:** Catálogo de peças **RENAULT** - original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- b) LOTE 2:** Catálogo de peças **FORD** - original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- c) LOTE 3:** Catálogo de peças **FIAT** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- d) LOTE 4:** Catálogo de peças **CHEVROLET** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- e) LOTE 5:** Catálogo de peças **VOLKSWAGEN** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- f) LOTE 6:** Catálogo de peças **FIAT IVECO** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- g) LOTE 7:** Catálogo de peças **PEUGEOT** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.
- h) LOTE 8:** Catálogo de peças **NISSAN** original e genuína, com a prestação do serviço - mão de obra.

#### 2. DAS UNIDADES REQUISITANTES (UG's) PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

**2.1. Administração Direta:** Secretaria de Comunicação Pública (**SECOM**), Secretaria de Governo (**SG**), Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agropecuária (**SEDETA**), Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (**SEMAUR**), Secretaria de Transporte e trânsito (**SETTRA**), Secretaria de Administração e Recursos Humanos (**SARH**), Secretaria de Saúde (**SS**), Secretaria de Obras (**SO**), Secretaria de Desenvolvimento Social (**SDS**) e Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (**SESUC**).

**2.2. Administração Indireta:** Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (**FUNALFA**), Fundação Museu Mariano Procópio (**MAPRO**) e Departamento Municipal de Limpeza Urbana (**DEMLURB**).

#### 3. SERVIÇOS PREVISTOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

**a)** Fornecimento de peças de reposição, acessórios e insumos em geral, materiais para lanternagem e pintura, soldagem e acabamento de soldas, shampoo, óleo lubrificante e desengraxantes, etc., para veículos leves e utilitários.

**b)** Manutenção preventiva, mecânica, elétrica e hidráulica de veículos leves e utilitários compreendendo todos os serviços, com fornecimento de peças, acessórios e insumos, obedecendo-se às recomendações dos respectivos fabricantes, tais como:

- 1. Serviços de troca de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas.
- 2. Serviços de cambagem, cárter e convergência.
- 3. Serviços de desempenho de rodas.

4. Troca de óleo de motor, caixa de marchas e diferencial, líquido de arrefecimento de veículos leves e utilitários.
5. Lubrificação (graxa, óleo, etc) de veículos leves e utilitários.
6. Lavagem simples, completa com lubrificação (graxa) e geral com polimento, aspiração e lubrificação (graxa) em veículos leves e utilitários.
7. Reposição de palhetas de limpador, mangueiras e correias em geral de veículos.
8. Rastreamento de sistema de injeção eletrônica de combustível de veículos.
9. Limpeza geral do sistema de injeção e bicos injetores de veículos.
10. Outros serviços constantes no manual dos veículos leves e utilitários.

c) Manutenção corretiva, mecânica, elétrica e hidráulica, de veículos leves e utilitários: compreendendo todos os serviços, com fornecimento de peças, acessórios e insumos, realizados por oficinas mecânicas, oficinas/empresas especializadas ou rede autorizada, que venha a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficientes de operação, manutenção e fabricação, tais como:

1. Serviços de retífica de motores de veículos.
2. Serviços no sistema de arrefecimento de motores de veículos.
3. Serviços no sistema de climatizadores ou ar condicionado de veículos.
4. Rastreamento de sistema de injeção eletrônica de combustível de veículos.
5. Serviços no sistema de injeção eletrônica de combustível de veículos.
6. Troca de embreagem de veículos.
7. Reparação de caixas de marchas de veículos.
8. Reparação de diferencial de veículos.
9. Recuperação de transmissão de veículos.
10. Recuperação de agregados do sistema de freio de veículos.
11. Serviços de reparação em chassis e suspensão de veículos.
12. Serviços de usinagem, fundição de peças e componentes de veículos leves e utilitários.
13. Serviços de borracharia para conserto em pneus e câmaras de ar, com desmontagem e montagem no veículo.
14. Serviços de recapagem de pneus.
15. Serviços de manutenção na parte elétrica de veículos.
16. Serviços de manutenção de ferramentas elétricas.
17. Substituição de mangueiras e correias em geral de veículos leves e utilitários.
18. Capotaria.
19. Tapeçaria.
20. Funilaria, lanternagem e pintura.
21. destombamento, içamento e reboque de veículos.
22. Inspeções, vistorias e manutenções diversas preventivas e corretivas em sistemas passíveis de aferições obrigatórias de acordo com os órgãos fiscalizadores.
23. Manutenção em todos os componentes externos do motor, caixa de Cambio e gerenciamento eletrônico com peças, acessórios e derivados de petróleo;
24. Manutenção da direção hidráulica e mecânica;
25. Limpeza do tanque de combustível e tubulações;
26. Suspensão dianteira e traseira completa;
27. Serviços de montagem, desmontagem e reparo em sistema de frenagem hidráulico, ABS e pneumático, e substituição dos componentes agregados ao sistema de freio;
28. Serviços de troca ou conserto de escapamento;
29. Serviços de geometria, alinhamento, cambagem e cárter;
30. Os serviços de alinhamento obrigatoriamente deverão ser efetuados em sistema computadorizado e deverá ser encaminhado um relatório da distorção ou discrepância impresso e anexado a Nota Fiscal;
31. Serviço de manutenção, reparos e substituição de alternador, motor de arranque, baterias, chaves elétricas, faróis, lanternas e demais sistemas compreendidos;
32. Serviços de instrumentação como odômetro e tacógrafo;



33. Serviços de alarme e antifurto, chave de corte;
34. Serviços de conserto/troca de fechaduras, trincos, dobradiças, roletes e portas, vidros e retrovisores;
35. Serviço de chave de ignição (cópia e codificação).
36. Serviços de substituição e recomposição de borrachas de vidros e portas em geral;
37. Manutenção em bancos, tapeçaria e interior dos veículos.
38. Outros serviços correlatos necessários para garantir a manutenção corretiva de veículos leves e utilitários.

**3.1.** A sociedade empresária contratada deverá disponibilizar e instalar na Prefeitura de Juiz de Fora nas Unidades participantes do Certame, o Catálogo Oficial de Peças e a tabela de preços em meio digital, podendo ser atualizados caso haja alguma alteração pela montadora, o que deverá ser comunicado formalmente e comprovado imediatamente.

**3.2.** Caso a montadora não disponibilize catálogo e/ou tabela de preço, a Contratada deverá oficiar a Prefeitura neste sentido, com a devida comprovação, e as consultas deverão ocorrer da seguinte forma:

**3.2.1.** As consultas aos códigos das peças deverá ser direto nas concessionárias, devendo a Contratada encaminhar junto com o orçamento elaborado por esta, o orçamento da Concessionária, para fins de referência.

**3.2.2.** Em relação à consulta de preço a Contratada deverá disponibilizar, sem custo para a Contratante, acesso para os fiscais dos contratos ao sistema “Cilia” ou “Audatex”, utilizando como referência, para fins de orçamento, os valores ali expressos.

**3.3. Os serviços a serem contratados pela ADMINISTRAÇÃO DIRETA, de acordo com Termo de Referência e documentos anexos aos autos do processo licitatório, limitar-se-ão aos seguintes:**

**a)** Fornecimento de peças de reposição, acessórios e insumos em geral, materiais para lanternagem e pintura, soldagem e acabamento de soldas, shampoo, óleo lubrificante e desengraxantes, etc., para veículos leves e utilitários.

**b)** Manutenção preventiva, mecânica, elétrica e hidráulica de veículos leves e utilitários compreendendo todos os serviços, com fornecimento de peças, acessórios e insumos, obedecendo-se às recomendações dos respectivos fabricantes, tais como:

1. Serviços de alinhamento e balanceamento de rodas.
2. Serviços de cambagem, cárter e convergência.
3. Serviços de desempenho de rodas.
4. Lavagem simples, completa com lubrificação (graxa) e geral com polimento, aspiração e lubrificação (graxa) em veículos leves e utilitários.
5. Rastreamento de sistema de injeção eletrônica de combustível de veículos.
6. Limpeza geral do sistema de injeção e bicos injetores de veículos.

**c)** Manutenção corretiva, mecânica, elétrica e hidráulica, de veículos leves e utilitários: compreendendo todos os serviços, com fornecimento de peças, acessórios e insumos, realizados por oficinas mecânicas, oficinas/empresas especializadas ou rede autorizada, que venha a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficientes de operação, manutenção e fabricação, tais como:

1. Serviços de retífica de motores de veículos.
2. Serviços no sistema de climatizadores ou ar condicionado de veículos.
3. Reparação de caixas de marchas de veículos.
4. Reparação de diferencial de veículos.
5. Serviços de usinagem, fundição de peças e componentes de veículos leves e utilitários.

6. Capotaria.
7. Tapeçaria.
8. Funilaria, lanternagem e pintura.
9. destombamento, içamento e reboque de veículos.
10. Manutenção da direção hidráulica e mecânica;
11. Serviços de instrumentação como odômetro e tacógrafo;
12. Serviços de alarme e antifurto, chave de corte;
13. Serviços de conserto/troca de fechaduras, trincos, dobradiças, roletes e portas, vidros e retrovisores;
14. Serviços de substituição e recomposição de borrachas de vidros e portas em geral;
15. Manutenção em bancos, tapeçaria e interior dos veículos.

**3.3.1. Os serviços elencados no item 3.3 não podem ser prestados por servidores da Oficina Mecânica integrantes do quadro de pessoas da Administração Direta, dada a imprescindibilidade de ferramentas e equipamentos específicos para a execução dos mesmos.**

#### 4. VALORES ESTIMADOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

##### 4.1. Valores estimados

LOTE	Peça	Desconto Mínimo aceitável	Soma do desconto percentual para disputa de lances
<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA	5%	16%
	ORIGINAL	11%	
<b>LOTE 2</b> Catálogo de peças <b>FORD</b>	GENUÍNA	7%	26%
	ORIGINAL	19%	
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	22%	46%
	ORIGINAL	24%	
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA	10%	29%
	ORIGINAL	19%	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	22%	47%
	ORIGINAL	25%	
<b>LOTE 6</b> Catálogo de Peças <b>FIAT IVECO</b>	GENUÍNA	22%	60%
	ORIGINAL	38%	
<b>LOTE 7</b> Catálogo de Peças <b>PEUGEOT</b>	GENUÍNA	4%	19%
	ORIGINAL	15%	
<b>LOTE 8</b> Catálogo de Peças <b>NISSAN</b>	GENUÍNA	5%	15%
	ORIGINAL	10%	

**4.1.1.** O valor da hora trabalhada - **prestação de serviços** (mão de obra) - será fixo: **R\$ 69,44** (sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

**4.2.** Será considerada vencedora a proponente que ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE**, ou seja, a que apresente **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE**, a ser concedido sobre o preço do catálogo, desde que atendidas as especificações constantes do Edital

**4.3. A DISPUTA será pela soma do desconto percentual proposto sobre o catálogo de peças genuína e original, os quais não poderão ser inferiores ao desconto mínimo determinado neste Termo de Referência.**

**4.3.1.** É obrigatório apresentar proposta para todos os itens (genuína e original) que compõem cada lote, não serão aceitos valores zerados para nenhum item.

**4.3.2.** Ao final da disputa de lances, a proponente inicialmente melhor classificada deverá apresentar junto com a documentação para habilitação a proposta conforme modelo do **Anexo VII.A**.

**4.3.2.1.** O desconto final para cada item (genuína e original) que compõem o lote não poderá ser inferior ao desconto mínimo aceitável estimado na licitação, sendo que a soma deverá ser igual ao valor percentual apurado na disputa de lances.

**4.4.** Frete: CIF - incluso nos preços. IPI, substituição tributária: incluso nos preços.

## **5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**5.1.** Os serviços contratados deverão ser realizados em local apropriado com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramental adequados.

**5.2.** Os veículos encaminhados para a realização dos serviços contratados deverão permanecer em local coberto, limpo e fechado, sem acesso do público externo, de modo que ofereça segurança, inclusive da Contratada, e proteção ao patrimônio público, deixando-os livres da ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries.

**5.3.** A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, profissionais capacitados e todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas e instalações necessárias para a completa e correta realização dos serviços.

**5.4.** Após a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar as peças avariadas / trocadas juntamente com o veículo no momento da sua liberação / entrega.

**5.5.** Os serviços executados deverão ser atestados pelo fiscal do contrato nomeado pela Unidade Gestora e caso não satisfaçam às exigências ou apresentem defeitos e incorreções, o serviço deverá ser refeito sem ônus para o Município.

## **6. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

**6.1.** A contratada deverá disponibilizar:

**6.1.1.** Toda a ferramenta apropriada e específica para execução de quaisquer serviços em veículos;

**6.1.2.** Equipamentos eletrônicos para testes de ignição e injeção eletrônica;

**6.1.3.** Elevador hidráulico, elétrico e pneumático;

**6.1.4.** Equipamentos eletrônicos para check-up em geral, como o raster;

**6.1.5.** Serviço de reboque 24 horas;

**6.1.6.** Equipamento moderno para funilaria e pintura como estufa, pistola de alta pressão, entre outros.

**6.2.** A contratada deverá indicar gerente, supervisor ou pessoa capacitada para representá-la junto Prefeitura de Juiz de Fora.

## **7. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS**

7.1. A contratada deverá fornecer todas as peças necessárias e suficientes ao perfeito funcionamento dos veículos objeto dos serviços.

7.2. Serão substituídas todas as peças sempre que necessário ao perfeito funcionamento dos veículos.

7.3. À CONTRATADA cabe somente utilizar peças, materiais e acessórios **genuínos ou originais, novas, primeiro uso**, que atendam as recomendações da montadora do veículo, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, recuperados, do mercado paralelo, ou de outra procedência.

#### 7.3.1. Entende-se por:

**a. Peças e componentes Genuínas:** as peças e componentes produzidos pela indústria de autopeças para a linha de produção e montadora de veículo, e que levam a sua marca;

**b. Peças e componentes Originais:** as peças e componentes produzidos pela indústria de autopeças fornecedoras das montadoras e distribuídos diretamente para a rede de autopeças.

**c. Acessórios:** peças que não são fundamentais que são suplementar, adicionais, que contribui para a segurança, conforto e proteção.

7.4. Na absoluta falta de peça original no mercado, desde que fundamentado pela contratada, poderá a administração autorizar, por escrito a substituição por peça não original ou recomendada pelos fabricantes, salientando que esta não deverá comprometer a qualidade do serviço bem como a segurança do veículo e o comprometimento de outros componentes.

7.5. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de qualidade para os serviços executados, conforme especificações técnicas, bem como repassar o prazo de garantia ofertada pelos fabricantes para todas as peças utilizadas ou substituídas.

7.6. A substituição de peças e/ou acessórios deverá ser precedida de aprovação prévia do fiscal do contrato e deverá constar nome da peça, quantidade, referência e modelo na ordem de serviço.

7.7. Os preços propostos no orçamento serão conferidos pelo fiscal do contrato por meio da tabela de preço do fabricante, bem como o preço final líquido do desconto registrado.

7.8. A Contratante poderá optar em apenas adquirir peças e insumo. Nesta situação a relação de peças a serem fornecidas deverá ser elaborada pela Contratante e enviada à Contratada, por e-mail, solicitando a elaboração de orçamento que deverá ser aprovado pelo fiscal do contrato.

## 8. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

8.1. O prazo máximo para elaboração do orçamento é de 48 horas úteis, contadas a partir da entrega do veículo na oficina da contratada.

8.2. O prazo máximo para a execução dos serviços, contados a partir da aprovação do orçamento pelo fiscal do contrato:

8.2.1. De funilaria – máximo de 20 (vinte) dias úteis;

8.2.2. De pintura - Máximo de 10 (dez) dias úteis;

8.2.3. De mecânica (incluindo injeção eletrônica) – máximo de 5 (cinco) dias úteis;

8.2.4. De tapeçaria – máximo de 5 (cinco) dias úteis;

8.2.5. De vidraçaria – máximo de 2 (dois) dias úteis;

8.2.6. De elétrica – máximo de 5 (cinco) dias úteis;

8.2.7. De ar-condicionado – máximo de 2 (dois) dias úteis.

8.2.8. De lavagem - máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

8.2.9. Os demais serviços - máximo de 2 (dois) dias úteis.

**8.3.** Na impossibilidade de execução dos serviços conforme prazos do subitem anterior, a contratada deverá apresentar justificativa por escrito, em tempo hábil para a aprovação, e dentro dos prazos estipulados.

## **9. DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

**9.1.** O custo dos serviços deverá ser balizado no **VALOR DA HORA TRABALHADA (VHT)** referente à mão de obra utilizada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive com troca de peças, tendo como tempo máximo aquele indicado no **MANUAL DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS** fornecidos pelas concessionárias das respectivas montadoras (fabricante), no qual consta o tempo necessário a cada manutenção.

**9.2.** A contratada deverá disponibilizar e instalar na Prefeitura de Juiz de Fora o **MANUAL DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS** fornecidos pelas concessionárias das respectivas montadoras (fabricante), no qual consta o tempo necessário a cada manutenção, em meio digital. Podendo ser atualizados caso haja alguma alteração pela montadora, o que deverá ser comunicado formalmente e comprovado imediatamente ao fiscal do contrato.

**9.3.** Os serviços serão realizados na oficina da Contratada nos dias úteis, no horário comercial, ou em outro local, desde que informado previamente ao fiscal do contrato.

**9.4.** Todos os serviços a serem realizados pela empresa contratada deverão ser precedidos de orçamento o qual deverá ser encaminhado pela empresa contratada ao fiscal do contrato, podendo a mesma aprová-lo ou não.

**9.5.** Deverá ser emitido um orçamento para cada veículo, devendo constar neste:

**9.5.1.** Placa, marca e modelo do veículo;

**9.5.2.** Quilometragem do odômetro e nível de combustível do veículo;

**9.5.3.** Número de horas necessárias para execução dos serviços em conformidade com o manual de reparação de veículos da respectiva montadora (fabricante).

**9.5.4.** Valor da hora cotada na licitação;

**9.5.5.** Quantidade e preço das peças;

**9.5.6.** Resumo dos serviços a serem realizados;

**9.5.7.** Tempo de garantia das peças e serviços;

**9.5.8.** Caso seja aprovado o orçamento, a empresa contratada receberá o orçamento devidamente autorizado;

**9.5.9.** Caso seja rejeitado o orçamento, a Contratante deverá retirar o veículo do estacionamento da empresa contratada, sem que seja cobrado qualquer custo pelo orçamento ou pela estadia do veículo no seu pátio.

**9.5.10.** A contratada poderá terceirizar os serviços e neste caso, se responsabilizará civil e criminalmente pelos serviços terceirizados, bem como pelas responsabilidades trabalhistas oriundas da terceirização.

**9.5.11.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução, por ação ou omissão de seus empregados ou em função da terceirização do serviço.

## **10. DO PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADAS**

**10.1.** O atendimento de chamadas para socorro deverá ser imediato não podendo exceder a duas horas e estarão disponíveis 24 horas por dia, durante sete dias da semana. Não sendo possível o conserto no local, o veículo deverá ser guinchado para a oficina da Contratada, por conta e risco desta.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO**

**11.1.** A fiscalização, o recebimento e a conferência do serviço e fornecimento das peças, serão realizados por servidor a ser nomeado pela Unidade Gestora.

**11.2.** O fiscal do contrato atestará, no documento fiscal correspondente, o fornecimento do produto e dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à contratada.

**11.3.** O recebimento definitivo dos objetos e/ou o serviço deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

**11.4.** Todo o serviço, fiscalização, autorizações, acompanhamentos, orçamentos, comprovantes, controle de preços e serviços, enfim, todas as tarefas inerentes a esta contratação será controlada pelo fiscal do contrato.

## **12. DA SUBLOCAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**12.1.** A Contratada poderá subcontratar eventualmente alguns serviços, desde que não haja prejuízo para a Prefeitura, assumindo a Contratada a responsabilidade pelo resultado dos serviços executados e pela emissão da garantia dos mesmos.

**12.2.** A empresa sublocada deverá ser inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e deter o alvará de funcionamento, válido, expedido pelos órgãos Municipais, que deverá ser apresentado ao fiscal do contrato, se solicitado.

## **13. FORMA DE PAGAMENTO**

**13.1.** O pagamento será em até 30(trinta) dias e efetuado pelo setor competente da UG, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao setor responsável da UG e, em anexo a esta, o atestado de fiscalização emitido por servidor designado, responsável pela fiscalização do contrato:

**BANCO:** ..... **AGÊNCIA:** ..... **CONTA CORRENTE:** ..... **LOCALIDADE:** .....

**13.2.** As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**13.3.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

**13.3.1.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade Fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, conforme a legislação aplicável e do orçamento aprovado pelo fiscal do contrato.

**13.4.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **13.3** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Prefeitura autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à contratada, das penalidades previstas.

**13.5.** A Prefeitura poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela licitante vencedora, por força da contratação.

**13.6.** Quando ocorrer a situação prevista no subitem **13.5**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

**13.7.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

**13.8.** Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Prefeitura, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

**13.9.** Para a hipótese definida no item **13.8**, a contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Prefeitura.

## **13.10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.10.1.** As despesas referentes ao objeto serão empenhadas nas dotações orçamentárias de cada UG's participante (saldo disponível na dotação para o exercício de 2020, mediante a devida previsão financeira:

**SECOM:** 021100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.06/3.3.90.39.05.

**SDS:**

112100.08.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30/08.122.0007.2211.0000/08.244.0006.2062.01290  
00008/0129000056/029000008/0229000056.4.4.90.52/3.3.90.59.

**SG:** 011100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.27.

**SEDETA:** 151100.04.122.0007.2004.0000.100.000.000.3.3.90.30.06/3.3.90.39.05

**SEMAUR:** 161100.04.122.0007.2004.0000.010.016.710.3.3.90.39/3.3.90.30.

**SETTRA:** 141100.04.122.0007.2004.0000.100.147.100.3.3.90.30/3.3.90.39.

**SARH:** 071100.04.122.0007.2238.0000.010.000.000.3.3.90.39/3.3.90.30.

**SS:**

DSME: PTRES: 10.302.0003.2285.4008. FONTE: 0149.092.000. NATUREZA: 339030/339039.

CAPS: PTRES: 10.302.0003.2303.4016. FONTE: 0149.000.000 / 0149.600.000. NATUREZA: 339030.

DSME: PTRES: 10.302.0003.2285.4008. FONTE: 0159.149.092. NATUREZA: 339030/339039.

CAPS: PTRES: 10.302.0003.2303.4016. FONTE: 0159.149.000 / 0159.149.600. NATUREZA: 339030.

SSVS: PTRES: 10.305.0003.2290.0000. FONTE: 0150.600.000. NATUREZA: 339030/339039

PTRES: 10.305.0003.2290.0000. FONTE: 0159.150.000. NATUREZA: 339030/339039.

SSAS: PTRES: 10.301.0003.2276.2005. FONTE: 0155.000.200 / 0155.600.200. NATUREZA: 339030/339039.

PTRES: 10.301.0003.2276.2005. FONTE: 0155.000.200 / 0155.600.000. NATUREZA: 339030/339039.

**SO:**091100.04.122.0007.2238.0000.010.000.000.3.3.90.30/3.3.90.39.

**SESUC:** 181100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.39.05/3.3.90.30.06.

**FUNALFA:** 404100.04.122.0007.2004.010.000.000.3.3.90.30.06/3.3.90.39.05.

**MAPRO:** 414100.04.122.0007.2004.0000.010.000.000.3.3.90.30.06/3.3.90.39.05.

**DEMLURB:** 013100.1.04.122.0007.22380000.010.000.000.3.3.90.30/33.90.39.

## **14. DO PRAZO**

14.1. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da publicação do extrato da ata.

## **15. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA**

15.1. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições do contrato.

15.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o material e/ou o serviço a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela contratada.

15.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

15.4. Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br).

15.5. Conferir se o fornecimento do produto e/ou do serviço está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução nas condições especificadas.

15.6. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na entrega do produto e/ou o serviço e interromper imediatamente o fornecimento ou prestação dos serviços, se for o caso.

15.7. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

15.8. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

15.9. Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando as obrigações não estiverem sendo cumprido de forma satisfatória.

15.10. A autoridade gestora da despesa credenciará junto à contratada os servidores autorizados a emitir as requisições de fornecimento ou serviços, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela contratada.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1. Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos materiais, incluindo o transporte e o frete.

16.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do fornecimento dos materiais e serviços prestados.

16.3. Entregar os materiais e serviços no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A UG, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade dos materiais e serviços com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo.

16.4. Entregar o objeto especificado na Autorização de Fornecimento/serviços, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas no contrato.

16.5. Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.



**16.6.** Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

**16.7.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **17. DAS QUANTIDADES ESTIMATIVAS POR UNIDADE REQUISITANTE**

### **17.1. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

<b>DEMLURB</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	R\$ 4.000,00	R\$ 17.740,00
	ORIGINAL	R\$ 11.000,00	
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA	R\$ 2.000,00	
	ORIGINAL	R\$ 4.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	R\$ 2.000,00	
	ORIGINAL	R\$ 4.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 44.740,00			

<b>FUNALFA</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	2.700,00	R\$ 22.000,83
	ORIGINAL	10.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	3.000,00	
	ORIGINAL	8.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 45.700,83			

<b>MAPRO</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	1.000,00	R\$ 5.000,00
	ORIGINAL	4.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 10.000,00			

### **17.2. ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

<b>SESUC</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	1.500,00	R\$ 7.950,00
	ORIGINAL	6.000,00	
<b>LOTE 5</b>	GENUÍNA	1.500,00	

Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	ORIGINAL	6.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 22.950,00			

<b>SEDETA</b>			
LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra
<b>LOTE 2</b> Catálogo de peças <b>FORD</b>	GENUÍNA	1.500,00	2.000,00
	ORIGINAL	4.500,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 8.000,00			

<b>SARH</b>				
LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra	
<b>LOTE 2</b> Catálogo de peças <b>FORD</b>	GENUÍNA	2.000,00	12.000,00	
	ORIGINAL	4.000,00		
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	12.000,00		
	ORIGINAL	36.000,00		
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 66.000,00				

<b>SEMAUR</b>			
LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	2.000,00	4.000,00
	ORIGINAL	4.000,00	
<b>LOTE 7</b> Catálogo de Peças <b>PEUGEOT</b>	GENUÍNA	2.000,00	
	ORIGINAL	4.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 16.000,00			

<b>SG</b>			
LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra
<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA	1.000,00	2.000,00
	ORIGINAL	3.500,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 6.500,00			

<b>SDS</b>			
LOTE	Peça	Valor total peças	Valor total mão de obra
<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA	2.000,00	R\$ 15.000,00
	ORIGINAL	4.000,00	
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	3.000,00	
	ORIGINAL	6.000,00	
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA	6.000,00	
	ORIGINAL	12.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	4.000,00	
	ORIGINAL	10.000,00	

Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 62.000,00

<b>SO</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA	2.000,00	12.000,00
	ORIGINAL	5.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	5.000,00	
	ORIGINAL	25.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 49.000,00			

<b>SECOM</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	1.500,00	4.000,00
	ORIGINAL	4.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	1.500,00	
	ORIGINAL	4.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 15.000,00			

<b>SS</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA	22.000,00	R\$ 129.000,00
	ORIGINAL	45.000,00	
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	20.000,00	
	ORIGINAL	60.000,00	
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA	15.000,00	
	ORIGINAL	30.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	40.000,00	
	ORIGINAL	140.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços: R\$ 501.000,00			

<b>SETTRA</b>			
<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Valor total peças</b>	<b>Valor total mão de obra</b>
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA	8.000,00	30.000,00
	ORIGINAL	35.000,00	
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA	4.000,00	
	ORIGINAL	10.000,00	
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA	2.000,00	
	ORIGINAL	5.000,00	



<b>LOTE 6</b> Catálogo de Peças <b>FIAT IVECO</b>	GENUÍNA	3.000,00	
	ORIGINAL	12.000,00	
<b>LOTE 7</b> Catálogo de Peças <b>PEUGEOT</b>	GENUÍNA	2.500,00	
	ORIGINAL	5.000,00	
<b>LOTE 8</b> Catálogo de Peças <b>NISSAN</b>	GENUÍNA	6.000,00	
	ORIGINAL	15.000,00	
Total estimado para consumo (peças + serviços) durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços R\$ 137.500,00			

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 403/2019 - PJF**

**ANEXO VII.A - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL**

À  
 Prefeitura de Juiz de Fora  
 Prezado Senhor,

A sociedade (s) empresária (s)....., com sede na Rua/Av. ...., nº ....., no Município de ....., Estado de ..... inscrita no CNPJ/MF nº ....., por intermédio de seu representante legal o Sr(a). ...., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., propõe a execução do objeto do ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

<b>LOTE</b>	<b>Peça</b>	<b>Desconto Final</b>	<b>Soma do desconto percentual apurado na disputa de lances</b>
<b>LOTE 1</b> Catálogo de peças <b>RENAUT</b>	GENUÍNA		
	ORIGINAL		
<b>LOTE 2</b> Catálogo de peças <b>FORD</b>	GENUÍNA		
	ORIGINAL		
<b>LOTE 3</b> Catálogo Peças <b>FIAT</b>	GENUÍNA		
	ORIGINAL		
<b>LOTE 4</b> Catálogo Peças <b>CHEVROLET</b>	GENUÍNA		
	ORIGINAL		
<b>LOTE 5</b> Catálogo de Peças <b>VOLKSWAGEM</b>	GENUÍNA		
	ORIGINAL		
<b>LOTE 6</b> Catálogo de Peças <b>FIAT IVECO</b>	GENUÍNA		
	ORIGINAL		
<b>LOTE 7</b> Catálogo de Peças <b>PEUGEOT</b>	GENUÍNA		
	ORIGINAL		
<b>LOTE 8</b> Catálogo de Peças <b>NISSAN</b>	GENUÍNA		

**a.** O valor da hora trabalhada - **prestação de serviços** (mão de obra) - será fixo: **R\$ 69,44** (sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

**b.** Validade da proposta: .....

**c.** Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

.....  
 (local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Carimbo do CNPJ